

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003¹

THE BASIC EDUCATION HISTORY TEXTBOOK AND THE IMPLEMENTATION OF THE LAW 10.639/2003

Flávia Rodrigues Lima da Rocha *

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a participação do negro no livro de História da Educação Básica e como a Lei 10.639/2003 tem influenciado a renovação do discurso a respeito desse sujeito. Para desenvolver este trabalho escolheu-se a coleção mais pedida pelas escolas brasileiras, por meio do Programa Nacional do Livro Didático, em suas últimas edições para o Ensino Médio na disciplina de História. Estas edições foram analisadas em seus textos, imagens e os conteúdos, numa comparação entre as duas. Sabe-se que nenhum livro didático é ingênuo, antes representa ideologias a serem ensinadas nas escolas (Bittencourt, 2009). Sendo assim, verificou-se pouca mudança de uma edição para outra, bem como muito da ideologia europeia a predominar nos conteúdos e nas abordagens de seus diferentes assuntos, apesar de perceber-se também um esforço das editoras em se adequar às legislações exigidas pelo PNLD.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 10.639/2003; Livro Didático; História.

ABSTRACT: The objective of this paper is to analyze the participation of black people in the Basic Education History book and how Law 10.639/2003 has influenced the renewal of discourse about this subject. To develop this work, the most requested collection by Brazilian schools has been chosen through the National Textbook Program, in its latest edition for High School, discipline of History. These editions were analyzed in their texts, images and contents, in a comparison between the two. It is known that no textbook is naive, but represents ideologies to be taught in schools (Bittencourt, 2009). As a result, there has been little change from one edition to another, as well

¹ Pesquisa financiada pelo Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Acre (Pibic/Ufac).

* Doutoranda em Educação, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora de História, da Universidade Federal do Acre (Ufac), onde coordena o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac) e o Laboratório de Pesquisa Observatório de Discriminação Racial (ODR/Ufac). E-mail: flavia_rocha80@hotmail.com.

as much of the European ideology is predominant in the content and approach of its different subjects, although there is also an effort by publishers to conform to the laws required by PNLD.

KEYWORDS: Law 10.639/2003; Textbook; History.

A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO NA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639/2003

Este trabalho trata de uma análise comparativa da 1ª e 2ª edição da obra *História Sociedade & Cidadania*, do autor Alfredo Boulos Júnior, voltada para o Ensino Médio. Sendo a 1ª edição/2013, aprovada pelo PNLD para ser usada nos anos de 2015 a 2017 e a 2ª edição/2016, aprovada pelo PNLD para ser usada nos anos de 2018 a 2020. E, sendo esta última, segundo o relatório do PNLD, a mais requisitada por professores e escolas para ser utilizada na rede pública no seu período vigente, motivo este que nos levou à escolha da devida obra didática.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é responsável por regulamentar e avaliar todos os conteúdos, bem como a forma com que estes se apresentam nas obras didáticas. Instituído em 1985 somente para as séries iniciais e reestruturado em 1993, no ano de 2007 estendeu suas ações ao Ensino Médio, promovendo a avaliação de dezenas de coleções, adquirindo e distribuindo centenas de milhões de exemplares em todos os estados brasileiros, por ser compreendido como um material empregado em situação de ensino e aprendizagem, estando presente em salas de aula, bibliotecas, nos lares dos alunos, servindo, sobretudo, como instrumento de formação continuada para o professor e, até mesmo, como orientação curricular.

A Lei 10.639/2003, promulgada há 17 anos, modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, que passou a incluir, de forma obrigatória, no currículo oficial da Rede de Ensino a temática “história e cultura africana e afro-brasileira”, trazendo consigo a necessidade de mudança em relação aos conteúdos didáticos presentes nos livros de História escolhidos pelas escolas e distribuídos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Portanto, propõe-se neste trabalho uma comparação entre as mudanças realizadas de uma edição para a outra, buscando identificar se a Lei 10.639/2003 está sendo cumprida e de que forma os conteúdos da história e cultura africana e afro-brasileira estão sendo inseridos, verificando as modificações ou manutenção destes conteúdos na obra em estudo, bem como o formato com que os mesmos são abordados.

Este estudo torna-se importante uma vez que o livro didático ainda é o recurso mais utilizado nas salas de aula por professores e alunos, podendo às vezes ser o único material pedagógico disponível aos professores. Segundo Bittencourt (2009), o livro torna-se um instrumento fundamental na própria constituição dos saberes escolares; a autora diz também que o livro didático precisa ser entendido como veículo de um sistema de valores, de

ideologias, levando-nos a refletir e analisar estes valores e ideologias presentes nas obras, mesmo que seja de forma oculta ou explícita, já que a mesma autora cita que o livro didático é, também, uma mercadoria, um produto do mundo da edição e que em sua construção interferem vários sujeitos.

Assim, as obras didáticas podem vir cheias de preconceitos velados ou ocultos por meio de fotos e figuras estereotipadas ou de textos que transformam movimentos de resistência e de luta em movimentos de rebelião, como, por exemplo, transformando o sujeito escravizado em um sujeito puramente rebelde. Como afirma Bittencourt (2009), os livros didáticos são um tema polêmico, sendo um instrumento a serviço da ideologia dominante, cabendo aos profissionais da educação problematizá-los e a utilizá-los de forma crítica, buscando a não reprodução de ideologias historicamente dominantes e opressoras.

O negro e sua cultura são, historicamente, esquecidos ou apresentados de forma inferiorizada, pelo simples fato de nosso ensino privilegiar e criar um currículo predominantemente europeizado, onde segundo Frazão e Ralejo (2014), África, Ásia e América, antes da chegada dos europeus, são negligenciadas no ensino de História, justamente por estes currículos colocarem a Europa no centro das narrativas.

Com a aprovação da Lei 10.639/2003, não se esperava uma completa e rápida mudança do livro didático, mas sim uma melhora na inserção dos conteúdos referentes à história e cultura africana e afro-brasileira, uma vez que a temática pode ser trabalhada em diferentes períodos históricos e como valorização da história e da cultura da população negra, criando assim identidades positivas por meio do processo de ensino e aprendizagem deste conteúdo. Assim, o livro didático, sendo um veículo de ideologias e sendo ele construído sob a perspectiva de uma educação eurocêntrica, pode facilmente camuflar práticas racistas e deixar de lado assuntos da referida temática, que possam empoderar personagens negros, formando uma identidade humanizada destes sujeitos que hoje estão nas escolas que consomem os livros didáticos.

Compreendendo que a Lei 10.639/2003 nasce após anos de luta por parte do movimento negro, que buscava o reconhecimento da população negra brasileira e ansiava que suas histórias de lutas e suas culturas fossem retiradas do esquecimento e passassem a ter seu devido lugar de direito na historiografia e contribuísse assim com o reconhecimento de suas identidades, não sendo apresentados somente como ex-escravizados ou rebeldes. Levando também em consideração que, após a sanção da referida lei, todo o currículo de ensino deveria ser transformado para fazê-la ser cumprida e, conseqüentemente, as obras didáticas deveriam sofrer mudanças para atender às suas exigências, assim este trabalho tem por objetivo principal compreender as mudanças sofridas nas edições da obra em estudo, qual seja, *História Sociedade & Cidadania*, destinada ao Ensino Médio e responder questões como: De que maneira essas mudanças aconteceram? Como o negro e suas lutas passam a ser apresentadas nestas obras pós-lei 10.639/2003? Quais mudanças o autor traz de uma edição para a outra?

O primeiro objetivo específico deste trabalho é identificar se ainda existem elementos que persistem em reproduzir o racismo na obra didática selecionada, analisando textos e imagens para identificar se os mesmos ainda reproduzem o racismo de forma oculta ou velada.

Desde o sancionamento da Lei 10.639/2003, o Currículo da Educação Básica bem como os aportes que o atendem, inclusive o livro didático, têm passado por um longo período de ajuste e entende-se que em dezessete anos muitas mudanças significativas devem fazer parte desta reorganização do ensino e de seus aparatos. Desta maneira, o segundo objetivo específico desta pesquisa foi compreender elementos que rompem com o preconceito racial nas duas edições do livro analisado, bem como a forma como estes elementos foram sendo transformados ou inseridos para atender às exigências da legislação.

Por fim, o terceiro e último objetivo específico deste trabalho é o de fazer uma comparação entre as duas edições da obra selecionada, identificando que mudanças ocorreram de uma edição para outra e se as mudanças ocorreram de forma positiva ou negativa.

Como parte de uma iniciação científica, este trabalho começou por um largo levantamento sistematizado de referencial teórico e posterior estudo do mesmo, por meio de leituras, resumos e resenhas. O estudo de nosso referencial teórico deu suporte para que fossem construídas algumas categorias de análises para os livros didáticos que iríamos trabalhar, tais como a leitura de imagens, a verificação dos conteúdos específicos onde o sujeito negro poderia estar, mas fora excluído, bem como outras situações de conteúdos que costumam reproduzir a inferioridade da história e da cultura africana e afro-brasileira. Enfim, o referencial teórico deste trabalho indicou caminhos metodológicos a serem seguidos ao longo do processo de análise da coleção didática em estudo.

O autor da coleção didática em estudo, Alfredo Boulos Junior, é doutor em Educação (área de concentração: História da Educação), pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo (USP). Lecionou na rede pública, particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de obras didáticas e paradidáticas e assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação em São Paulo.

Relacionando-se à sua metodologia, o autor descreve que quanto ao modo de abordar o passado, deve-se evitar o anacronismo² e que para conhecer uma determinada sociedade do passado, é necessário que se coloquem na pele das pessoas que viveram naqueles tempos. Boulos pauta-se por alguns referências teóricos da Nova História, através dos quais, segundo o autor, foram incorporados a ação e a fala das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos operários e de outros sujeitos históricos antes relegados ao esquecimento e utilizando também a história social inglesa para compreender episódios decisivos na formação do mundo atual.

² Consiste em atribuir aos agentes históricos do passado razões ou sentimentos gerados no presente, interpretando-se, assim, a história em função de critérios inadequados, como se os atuais fossem válidos para todas as épocas.

Bittencourt (2008) descreve que atualmente as obras didáticas estão repletas de ilustrações que parecem concorrer, em busca de espaço, com os textos escritos. Não muito diferente do que narra Bittencourt (2008), o autor, quanto ao livro do 1º ano, faz a utilização de um vasto acervo de ilustrações, como mapas e figuras. Na 1ª edição o autor fez o uso de 498 figuras e na segunda somente 381. Diminuição esta que não afetou as imagens relacionadas aos conteúdos da história e cultura africana e afro-brasileira, percebendo-se até mesmo um aumento considerável, já que na 1ª edição, o autor fez o uso de apenas 29 e na 2ª, 53 imagens relacionadas à história e cultura africana e afro-brasileira.

MAPEANDO CONTEÚDOS REFERENTES À HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRO NO LIVRO HISTÓRIA SOCIEDADE & CIDADANIA E BUSCANDO COMPREENDER SUA POSIÇÃO NA CONTRIBUIÇÃO DA LUTA POR PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Em ambas as edições, o autor faz o uso de figuras com personagens negros não necessariamente ligados à história africana e afro-brasileira, mas que reforçam a construção positiva do sujeito negro, podendo citar como exemplo a imagem de 8 atletas negros correndo na prova dos 100 metros rasos durante os jogos olímpicos de Londres, em 2012, onde é dado o destaque ao atleta da Jamaica, Usain Bolt. Imagem essa que vem vinculada no tópico *Os Jogos Olímpicos*, pertencente ao capítulo 8 (Cultura, religião e arte grega), inserido na unidade III (Democracia: passado e presente). Na edição seguinte a figura é substituída pela prova feminina. Outro exemplo é a figura de uma roda de capoeira utilizada nas duas edições, vinculada ao Capítulo 1 (História, tempo e cultura), apenas dando ênfase a que a capoeira se tornou patrimônio cultural imaterial do Brasil, deixando de explicar que a mesma é uma herança deixada pelos ex-escravizados e que esta prática foi considerada ilegal e vadiagem, sendo discriminada pela legislação brasileira apenas em 1890.

Na primeira edição, Boulos utiliza muitas figuras soltas nas páginas, não deixando explícita a relação entre a figura e o conteúdo e com o tempo histórico que está sendo estudado pelo aluno, o que tende a prejudicar o processo de ensino e aprendizagem pela falta de articulação entre os diferentes textos (imagens e conteúdos). Segundo Bittencourt

Ver as cenas históricas era o objetivo fundamental que justificava ou ainda justifica a inclusão de imagens nos livros didáticos em maior número possível, significando que as ilustrações concretizam a noção altamente abstrata de tempo histórico. (BITTENCOURT, 2008, p. 75).

Essa noção abstrata de tempo histórico remete a uma eternização do negro como escravizado, não atendendo às exigências da Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes (2004), que buscam valorizar o sujeito negro em suas histórias, culturas e identidades.

Em relação aos conteúdos de história e cultura africana e afro-brasileira na 1ª edição, no capítulo 2 (Técnicas, tecnologias e vida social), inserido na unidade I (A aventura humana:

primeiros tempos), no título *Trajetórias do Homo Sapiens* o autor narra em poucas linhas que os primeiros seres humanos surgiram na África e, do continente africano, em um longo processo, povoaram os outros continentes, não explorando de forma mais abrangente o povoamento do continente africano. Na 2ª edição, nota-se pouca mudança neste capítulo. O autor faz a introdução de um novo subtítulo denominado *A valorização das matrizes africana e indígena*, onde aborda a valorização dos bens culturais associados aos indígenas e aos africanos, que o autor denomina igualmente importantes na formação da sociedade brasileira. Este conteúdo é o único em relação à temática africana e afrodescendente incrementado à obra, os demais citados na 1ª edição sofreram alterações apenas em algumas figuras. Entretanto, é importante dizer que a inserção de um tema como este é de muito significado na luta contra o racismo, uma vez que nele se encontra uma grande visibilidade aos povos colonizados e por séculos excluídos do processo escolar, que são os negros e os indígenas.

Na unidade II (Cidades: passado e presente), inserida no capítulo 4 (África antiga: Egito e Núbia), exceto pelo do capítulo, em momento algum o autor escreve a palavra África, deixando o continente completamente apagado durante toda a explanação do conteúdo, deixando de abordar que os povos em estudo foram importantes civilizações que fizeram parte do continente africano. No subtítulo da mesma unidade intitulada *Camponeses e escravos*, o autor não faz nenhum tipo de explicação e comparação entre a escravidão do período da Antiguidade com a escravidão moderna, dos negros que foram arrancados de seu continente para serem levados cativos para longe de seu berço de origem. Não há distinção entre estes dois tipos de escravidão expostas no texto, dando a entender equivocadamente que se trata de um mesmo processo de escravização humana. O continente só volta a ser lembrado pelo autor, na seção *Para Refletir* deste capítulo, onde é descrito o texto *A importância da história da África*, bem como com uma figura de jovens percussionistas em um festival na República Democrática do Congo.

Na unidade III (Democracia: passado e presente), inserida no capítulo 8 (Cultura, religião e arte grega), o autor novamente faz menção à escravidão antiga, em um texto denominado *A resistência ao escravismo em Roma*, e novamente perde a oportunidade de fazer uma comparação ou menção à escravidão negra, ocorrida entre os séculos XVI e XIX, deixando de explicar as diferenças entre os dois modelos de escravidão, perguntando apenas, no fim da página, sobre o quilombolismo, que, em sua descrição, é definido como um movimento de rebeldia e não de resistência realizado pelos africanos e seus descendentes no Brasil na luta contra a escravidão, e, mesmo assim, não relaciona a pergunta ao texto e não relaciona a resistência do negro escravizado com os escravos no mundo romano. O autor perde, assim, a oportunidade de abordar a resistência dos escravizados negros e assim desenvolver as diretrizes da Lei 10.639/2003, que tem como um de seus princípios “reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas”.

Na unidade IV (Diversidade: o respeito às diferenças), inserida no capítulo 16 (Formações políticas africanas), Boulos trata sobre os impérios africanos, destacando o comércio, os reinos, a economia e a sociedade. Retrata principalmente a cultura de povos africanos e utiliza de diferentes mapas explicativos para apontar a localização dos impérios e as rotas comerciais que são relatadas no livro. Na abertura deste capítulo, na 1ª edição, o autor faz o uso de uma figura que, segundo a descrição dada por ele, representa uma prática antiga. É uma figura onde se pode notar um casal recém-casado recebendo a benção de um griot³. Na segunda edição, neste mesmo espaço, tem-se a substituição por uma figura de um mapa das formações políticas africanas entre os séculos XVI a XVIII, sendo que ao lado do mapa o autor utiliza as figuras de esculturas tradicionais dos países de Gana, Mali, Congo, Benin e Nigéria, como representatividade cultural e religiosa desses países. Nota-se que o autor utilizou uma grande quantidade de fotos de mulheres em trajes tradicionais, dando uma maior visibilidade à mulher africana, cumprindo assim, nas duas edições, ainda que de diferentes maneiras, o princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) de *valorização da história dos povos africanos*. Ainda neste capítulo o autor traz tópicos como *O comércio pelo Saara*, *O império de Gana*, *O império do Mali* e *o Reino do Congo*, onde os textos e as imagens destes conteúdos estão conectados.

Sá (2010), destaca que o livro didático é uma ferramenta portadora de conceito, ideologia e conteúdos formadores de opinião, podendo transmitir as ideias, intenções e desejos que seus autores querem propagar. Assim, com relação ao livro do 2º ano da coleção em estudo, quanto às capas dos livros, observou-se que as mesmas representam a temática étnico-racial, quando trazem pessoas negras como personagens principais. A primeira edição contém 400 páginas, sendo que em 288 páginas apresenta 4 Unidades e 16 Capítulos. Dentre estas 400 páginas, 46 delas retratam a história e cultura africana e afro-brasileira. Em 16 capítulos, 3 fazem referência exclusiva à temática africana e afro-brasileira, sendo estes o Capítulo 6, Capítulo 11 e Capítulo 16. A segunda edição contém 384 páginas, sendo que 288 delas apresentam 4 Unidades e 14 capítulos. Dentre estas 384 páginas, 36 inteiras retratam a história e cultura africana e afro-brasileira. Em 14 capítulos, 3 fazem referência exclusiva à temática africana e afro-brasileira, sendo estes os capítulos 4, 9 e o 14.

Embora seja evidente a diminuição na quantidade de páginas, na 2ª edição, destinadas à temática africana e afro-brasileira, conteúdos e imagens que estavam descontextualizados passam a ser explicados de acordo com a temática. Um exemplo pode ser visto na primeira edição, no capítulo 14 da *Unidade IV: Terra e liberdade*, onde abre-se destaque na seção para refletir, por meio de um texto que trata exclusivamente sobre *A participação negra na Revolução*

³ Personagem encarregado, entre outras coisas, de manter vivas a memória e a história do Império do Mali. Bem como de preservar e transmitir conhecimentos da história de seu povo/país eram funções de uma modalidade de griots, mas havia também os griots músicos, cantores, recitadores e aqueles que exerciam funções sacerdotais.

Farroupilha. Neste texto afirma-se que para arregimentar soldados, os farroupilhas incorporaram escravos às suas fileiras, prometendo em troca a liberdade após o fim do conflito, promessa esta que em nenhum momento foi cumprida. Assim, muitos foram os negros que aceitaram a luta, e outros foram forçados por seus senhores que apoiavam a causa, sem, contudo, ter sua liberdade decretada quando a Guerra dos Farrapos chegou ao fim.

É interessante ressaltar que o autor faz referência à importância e à dimensão da participação negra nesta revolução, bem como aos índios e mestiços, ressaltando a importância destes grupos em eventos que marcaram a história do Brasil. Nesta mesma seção, o autor destaca uma imagem de um negro montado em um cavalo e segurando uma lança, mas em momento algum faz referência a esta imagem, deixando a cargo do leitor fazer a ligação entre texto e imagem, sem possibilidade de saber quem é o sujeito ali representado, bem como sua história, diminuindo a importância de sua representatividade para a população negra. Já na segunda edição, no capítulo 12, da *Unidade IV: Terra e liberdade, Regências: a unidade ameaçada*, o autor traz a mesma imagem e a descreve como sendo o retrato de um Lanceiro Negro, de Juan Manuel Blanes (1830-1901), e enfatiza que pesquisas recentes apontam para uma intensa participação de negros na Guerra dos Farrapos (chamada de Revolução Farroupilha, na primeira edição), relacionando assim texto, conteúdo e imagem, dando ao leitor a chance de compreender o contexto da imagem ali exposta.

Na primeira edição, ainda da Unidade IV, dentro da temática das rebeliões nas províncias, destaca-se o subtítulo que trata de *A revolta dos Malês*, que o autor trata em duas páginas. Em todo momento o autor dialoga com as imagens para enfatizar o conteúdo abordado, porém não discute nada sobre o que foi a Revolta dos Malês. Na segunda edição, na Unidade IV, dentro do subtítulo *As rebeliões nas províncias: a revolta dos Malês*, o autor já faz um abordagem do que fora esta revolta.

A temática pesquisada também pode ser explorada a partir de outros capítulos não específicos do assunto, mas que o trazem de forma subjetiva, como por exemplo, na *Unidade I: Nós, os outros e a questão do etnocentrismo*, que está presente nas duas edições analisadas. Este conteúdo traz reflexões importantes e que devem ser apreendidas pelos alunos, a fim de combater ideias de superioridade étnico-racial, em detrimento de outros ou do outro. Segundo o autor, se a cultura no que tange aos valores e visões de mundo é fundamental para nossa constituição enquanto indivíduos, limitar-se a uma só cultura, desconhecendo ou depreciando as demais culturas de povos ou grupos dos quais não fazemos parte, pode nos levar a uma visão estreita das dimensões da vida humana. O etnocentrismo, dessa forma, trata-se de uma visão que toma a cultura do outro como algo menor. Assim, aproveitando da temática do etnocentrismo, muito da questão étnico-racial pode ser abordada, como forma de combate ao eurocentrismo, ao preconceito e à discriminação étnico-racial, ao racismo, dentre outros.

Quanto à representatividade étnico-racial por meio da iconografia, na primeira edição, de trezentas e trinta e seis imagens, gravuras, fotos, ilustrações, apresentadas ao longo do

livro, o negro está de alguma forma presente em setenta e duas delas, a maioria é utilizada para ilustrar conteúdos, são contextualizadas e a maior parte delas está inserida na temática que diz respeito à África e aos afrodescendentes. Em grande parte, estas imagens retratam homens e mulheres negros na condição de escravizados, instrumentos de torturas, manifestações culturais dos afrodescendentes, e alguns personagens famosos como o professor M.V. Bill, Gilberto Gil, Daiane Garcia dos Santos e Paula Lima.

Na segunda edição, de trezentas e trinta e oito imagens, gravuras, fotos, ilustrações, apresentadas ao longo do livro, o negro está de alguma forma inserido em sessenta e duas delas; a maioria é utilizada para ilustrar conteúdos, são contextualizadas e a maior parte delas está inserida na temática que diz respeito à África e aos afrodescendentes. Em trinta e oito imagens, o negro aparece como sujeito principal, em suas manifestações culturais. Em vinte e quatro imagens ele é inserido como coadjuvante, em sua maioria estas imagens retratam homens e mulheres negros na condição de escravizados. Em ambas as obras, os mapas referentes a esta temática são utilizados como apresentação do continente africano, bem como as rotas do tráfico negreiro. As tabelas são utilizadas para exemplificar a condição do negro.

Considerando os contextos nos quais estas imagens estão inseridas, bem como as discussões que resultam a partir das mesmas, pode-se perceber na obra de Boulos, uma cota significativa de representatividade da temática africana e afro-brasileira. Porém, é possível perceber que por mais avanços e modificações que o livro didático tenha sofrido, o negro na maioria das vezes está representado na condição de escravizado e, em poucas aparições, na condição de herói ou ainda de sujeito histórico atuante. Situações assim fazem com que o papel do negro na sociedade ainda permaneça estigmatizado e estereotipado em um ciclo vicioso que consolida a ideia de inferioridade negra frente à superioridade branca.

A obra aqui analisada se sobressai por dar uma maior visibilidade à temática africana e afro-brasileira, fato que, por mais simples que possa parecer, possui um grande significado quando tomamos nota do longo período de tempo em que nas escolas e nos livros didáticos, esta temática foi silenciada, contribuindo assim para a manutenção e o fortalecimento de um discurso racista.

De acordo com Silva (2006), em comparações diacrônicas sobre discurso racista em livros didáticos brasileiros, os livros didáticos da disciplina de História são os que mais se atuaram no tratamento textual às questões relativas ao negro, mas ainda mantêm um discurso desfavorável, que pode ser qualificado como discurso racista. As modificações que surgem no livro são indícios de assimilação das editoras à obrigatoriedade trazida pela Lei 10.639/2003.

Quanto ao livro do 3º ano, em sua 1ª edição, nas páginas destinadas a orientar os professores, são abordados os conteúdos que serão trabalhados com os alunos durante o ano letivo. Destes conteúdos percebe-se que na 1ª edição/2013, se destacam dez páginas com os temas referentes à história e cultura africana e afro-brasileira, como a luta pela inserção da África nos currículos, porque estudar a temática afro (texto de apoio à implementação da Lei

10.639/2003), anemia falciforme e sua predominância na população negra, associações culturais e movimentos negros e, ainda, uma página e meia falando da descolonização do Zaire. Concluindo esta parte com um texto *O caminho em direção à igualdade* e sugestões de livros, sites e filmes sobre a temática.

Na 2ª edição/2016, a terceira parte do *Material de Apoio ao Professor*, intitulada *Cidadania, Etnia e Gênero*, apresenta a discussão sobre estas temáticas, começando com um texto sobre as lutas e conquistas do movimento negro e a Lei 10.639/2003, bem como a Lei 11.645/2008, questiona se as temáticas afro, indígena e de gênero devem ser estudadas por obediência à lei, além de inserir textos que poderão nortear o ensino das referidas temáticas, onde se pode destacar seis páginas destinadas ao ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, sendo que duas são de sugestões de livros, filmes e sites e as demais abordam temas referentes aos africanos e afrodescendentes e principalmente às associações culturais destes grupos. Neste sentido, Sá (2010) destaca que mesmo existindo sérias barreiras à cultura negra na sociedade e, principalmente, nas escolas, os avanços alcançados até hoje são importantíssimos, e que a própria Lei 10.639/2003 é uma prova disso.

O manual do aluno está dividido em quatro unidades e treze capítulos. Em ambas as edições apenas o capítulo oito faz referência direta à temática trabalhada, com o título *Independências: África e Ásia*, que está inserida na Unidade III, intitulada *Movimentos social: passado e presente*. Na Unidade I, com o título *Resistência e dominação*, inserida no Capítulo 1, que tem por título *Industrialização e Imperialismo*, no subtítulo, que faz referência ao imperialismo, há quatro páginas que falam da dominação e resistência africana.

Nas ilustrações de ambas as edições, o negro está de alguma forma inserido em algumas delas que dizem respeito à África, aos africanos e/ou aos afrodescendentes, porém, algumas servem apenas para ilustrar conteúdos e não são contextualizadas. Por exemplo, na página 184, das duas edições, uma foto de Garrincha servindo para ilustrar um tema sobre democracia no governo de Dutra e Jango, sem nenhuma discussão da questão racial; na página 195 das duas edições uma foto de artistas negros com o presidente Juscelino Kubitschek servindo para ilustrar um tema sobre o desenvolvimento do Brasil naquele governo; e na página 276 da 1ª edição/2013, uma foto de soldados no Haiti para ilustrar um tema sobre a atuação do Brasil durante o governo Dilma, e as forças de paz da ONU no Haiti em 2000. Esta foto está sem contexto, pois não explica o porquê do Haiti está nesta situação, da mesma forma que as imagens anteriores que não têm ligação com os temas; na 2ª edição/2016, esta imagem é retirada. Este tipo de imagem suscita um dilema: se por um lado é positivo ver pessoas negras inseridas em diferentes situações nos livros didáticos, dando representatividade à população negra em questões fora dos estereótipos naturalizados por séculos sobre esta população, por outro lado, essas imagens perdem a oportunidade, em muitas vezes, de levantar debates necessários e importantes sobre a questão étnico-racial brasileira.

Em se tratando de conteúdo, na Unidade I, no Capítulo 1, *Industrialização e Imperialismo*, são destinadas quatro páginas a falar sobre a dominação e resistência na África; na 1ª edição/2013, na abertura do capítulo, há uma charge com o corpo de um africano enrolado em uma serpente que tem a cabeça como a imagem do Rei da Bélgica, Leopoldo II. No tópico *África: dominação e resistência* o autor aborda a chegada dos europeus à África e a Conferência de Berlim, evento no qual os europeus criaram regras e condições que favorecessem a ocupação do continente africano pelos colonizadores. No canto da página, em um espaço destacado em amarelo, o autor explica que os cientistas Sérgio D. J. Pena e Telma S. Birchall afirmam que, quanto à Genética e à Biologia não existem raças humanas, mas que este conceito é derivado de uma construção social, a partir de onde se forma o racismo, ou seja, a diferença se transforma em desigualdade.

Apontar o que é racismo, bem como sua origem e existência é de suma importância no processo de ensino e aprendizagem que perpassa o livro didático, uma vez que, no Brasil, predomina o mito da democracia racial, que defende a ideia de que o processo de miscigenação brasileira igualou a todos na sociedade do país, quando, de fato, o que se tem no Brasil são diferenças e desigualdades imensas, construídas e alimentadas no processo histórico da colonização e do pós-colonial.

Na 2ª edição/2016 a imagem de abertura do capítulo é a charge de um globo terrestre, representando a partilha dos continentes africano e asiático pelos alemães, ingleses e russos, ficando em evidência o continente africano, abordado sob a perspectiva da industrialização na Europa, no século XIX, e a questão do imperialismo, onde a África está inserida. Explica sobre a teoria do “darwinismo social”, que justificou a dominação do branco europeu sobre os demais povos, bem como aconteceu na colonização da África. Ao final deste capítulo, na seção *Vozes do presente*, há uma foto de um europeu e um líder africano celebrando um acordo e um texto de Marina de Mello e Souza, professora de História da África da Universidade de São Paulo (USP), que fala do controle que os colonizadores exerciam sobre os chefes locais, fosse por guerra ou por acordos diplomáticos. O conteúdo explica também sobre a espoliação que os africanos e seus territórios sofreram, tanto com a exploração de mão de obra escrava para outros continentes como quanto pela exploração da riqueza dos países africanos. Este conteúdo é de suma importância para que se conheça na escola o processo de exploração dos europeus sobre os africanos e as formas como se deu essa exploração.

No Capítulo 3 da mesma unidade, *Primeira República: dominação e resistência*, em um espaço denominado *Para Refletir* (1ª edição/2013) e *Você Cidadão!* (2ª edição/2016), há uma foto do escritor negro Lima Barreto e uma brevíssima explicação sobre quem é ele e sobre sua obra, que fala dos preconceitos e dos desmandos vivido pelos negros no Rio de Janeiro durante a Primeira República. Neste mesmo capítulo no tópico que fala das revoltas na Primeira República, em ambas as edições, foram destinadas quatro páginas para falar da guerra de Canudos, do Contestado e do Cangaço e, em nenhuma destas revoltas se faz referência aos

negros, deixando a impressão que eles não fizeram parte destes movimentos que marcaram fortemente o período, demonstrando mais uma vez como o negro é silenciado na história brasileira. No tópico *Modernização e revolta no Rio de Janeiro*, foi destinada uma página, com texto e imagem, para falar da Revolta da Chibata, tema onde os negros ainda são mais abordados como revoltosos do que como resistentes aos castigos corporais, típicos da época da escravidão, colocando o sujeito negro na posição de rebelde e não de indivíduo ativo na busca por sua humanização.

Na Unidade II, Capítulo 4, das duas edições, *A grande depressão e o fascismo*, no tópico *A ditadura nazista do terceiro Reich*, há uma foto do atleta estadunidense Jesse Owens, um atleta negro que ganhou quatro medalhas de ouro na olimpíada da Alemanha, e que, segundo o autor, derruba a teoria de Hitler sobre a superioridade da raça ariana, o que pode ser utilizado para fortalecer a identidade negra de forma positiva. Por outro lado, esta imagem também retoma o estereótipo do físico imbatível do negro frente ao físico branco, mais frágil, uma vez que a população branca representa a parte pensante da humanidade e a população negra representa a força física apta para o trabalho e para atividades que sejam propícias para esta força, deixando o dilema para o processo de escolarização melhor trabalhar e melhor explicar esses posicionamentos divergentes.

Na Unidade III, Capítulo 8, *Independências: África e Ásia*, na 1ª edição/2013, são destinadas treze páginas para falar sobre a África, na 2ª edição/2016, são apenas nove. O capítulo é iniciado com o canto *Mama Negra*, denominado “*canto da esperança*”, que fala da esperança de liberdade de todos os negros que foram trazidos da África e estão na condição de escravizados em vários lugares do mundo, com fotos e textos que explicam conceitos como pan-africanismo e negritude, personagens que foram destaques nos movimentos de libertação da África, bem como o processo que ocorreu nas diferentes colônias africanas e que culminaram na independência das mesmas. As seções *Texto como fonte* e *Imagem como fonte* (1ª edição/2013) e *Para refletir* (2ª edição/2016) são ilustradas com fotos de personagens importantes para o processo de descolonização da África e textos relatando o que eles fizeram na/pela África, dando assim a oportunidade para que alunos da educação básica passem a olhar a população negra sob outra perspectiva, que não apenas a estereotipada de pessoas humilhadas e sempre inferiorizadas diante do colonizador, mas também como sujeito de lutas e conquistas de seus direitos frente à opressão do colonizador. O livro dá, assim, condições para alunas e alunos negros e negros se identifiquem com sua cor/raça/etnia sem ter que ser inferiorizados diante dos colegas por conta de sua identidade.

No Capítulo 10 da mesma unidade, das duas edições, na seção *Para saber mais* em um pequeno texto, da metade da página, fala do teatro no Brasil de Dutra (1946- 1951), que usava atores brancos pintados de preto para representar personagens negros, uma vez que a censura proibia a atuação de atores negros no teatro, pois suas atuações denunciavam o racismo brasileiro. Vale lembrar que esta prática se originou nos Estados Unidos, onde negros eram

representados por brancos de forma esdrúxula, surgindo, assim a expressão *black face*, onde atores brancos representavam os negros de forma caricata, com o intuito de ridicularizá-los. Após anos de luta, o *black face* foi considerado uma atitude racista e a crítica a esta prática passou a ser um forte instrumento na luta contra o preconceito sofrido pelos negros. Neste mesmo capítulo, da primeira edição, na seção *O texto como fonte*, duas páginas falam do Movimento negro no Brasil nos anos de 1945 a 1964, que lutava pelos direitos dos negros através de movimentos culturais. Segundo Jesus (2012), nem todos os negros se conformaram com a condição histórica de silenciamento e alteridade no Brasil, e desta situação surgem os movimentos que vêm resgatar esta liberdade de ser negro, desconstruindo “verdades” hegemônicas que os brancos impuseram ao longo dos séculos. A importância destes conteúdos articulados com outros já tradicionais do ensino de História do Brasil tende a mostrar como o negro sempre esteve presente em todas as fases da história brasileira, embora silenciado durante a maior parte do processo de escolarização nacional. A inserção da população negra nestes conteúdos é uma grande quebra de paradigma no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo para o ensino de História.

Na seção *Atividades*, no tópico *Discutindo o presente*, em um parágrafo o autor relata que em 2003, após 93 da Revolta dos Marinheiros, um decreto governamental devolve as patentes dos marinheiros envolvidos nesta Revolta, permitindo que eles recebessem na justiça o que lhes era de direito se estivessem na ativa e resgatando a memória destes marujos, em especial a de seu líder, João Cândido. O que é também outra quebra de paradigma para o ensino de história, que embora continue tratando o referido episódio como revolta e os marinheiros nele envolvidos como revoltos, já os reconhece e coloca como legítimo o movimento contra as chibatadas realizados pelos marinheiros no Rio de Janeiro, no início da república brasileira.

A Unidade IV, sob o título *Meio ambiente e saúde*, traz no Capítulo 12, intitulado *O fim do bloco soviético e a nova ordem mundial*, em duas páginas, textos e imagens sobre o Brics (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e da comunidade para o desenvolvimento da África Meridional SADAC, do inglês Southern África Development Comunit), e ainda uma página que trata das lutas populares na África do Norte e no Oriente Médio. Na sequência, o Capítulo 13 dessa mesma unidade, com o título *O Brasil na nova ordem mundial*, apresenta, no tópico 6 - “Grandes desafios a serem vencidos” -, um parágrafo que discute a respeito do quinto desafio: “Desigualdade entre homens e mulheres e entre brancos e negros”. Esse desafio aponta a desigualdade de oportunidades e revela a realidade desigual e herdada do sistema escravista que perdurou na maior parte da história do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: GANHOS E AVANÇOS, MAS AINDA COM MUITOS CAMINHOS A PERCORRER

Segundo a avaliação feita pelo PNLD (2018), a história da África e a história e cultura afro-brasileira são discutidas por meio da referência à Lei 10.639/2003. A partir dessa

abordagem, a obra historiciza a luta pela inserção da África nos currículos, bem como justifica a temática africana pelo eixo da construção da cidadania. As imagens atribuídas aos africanos e afro-brasileiros conferem destaque a esses sujeitos nos processos históricos em diferentes momentos da história brasileira e mundial. Na abordagem da história africana ressalta-se a preocupação em destacar a diversidade de grupos e experiências com textos e imagens que evidenciam sua presença nas artes e em lutas políticas, valorizando suas práticas culturais e outros tipos de vivências dessa população. Em vários capítulos, a história de alguns países africanos ganha destaque. Neste sentido, Rocha (2017), afirma que tais questões postas sinalizam o poder do PNL D de História como política indutora de mudanças. É possível perceber que as coleções têm sofrido mudanças muito expressivas ao longo das edições sucessivas do PNL D.

Ainda com relação à avaliação do PNL D, no que diz respeito à Lei 10.639/2003, quanto à África, de fato há uma grande representatividade nos livros em análise; porém, no que se refere ao Brasil, embora haja avanços na representatividade do negro, ainda há alguns silenciamentos. Esta situação se dá, em partes, devido à

Despreocupação com os elementos simbólicos como contribuidores para o nível de tensões sociais que vive o Brasil, mesmo após a redemocratização da política. Tal reflexão não é apresentada [...] e para nós, se dá forjando de maneira positiva a participação da população de maneira geral nas reivindicações populares, não sendo necessárias reivindicações particulares, pois as políticas públicas reivindicadas em âmbito geral dariam conta de atender às demandas de todos. (JESUS, 2012, p. 143).

Desta forma, estes silenciamentos ocorrem principalmente no que diz respeito aos movimentos sociais de reivindicações gerais, deixando a entender que os mesmos dariam conta das reivindicações dos movimentos negros, que se diluem nos movimentos populares em geral, mas que possuem uma trajetória histórica específica.

Após analisar textos, imagens e conteúdo da coleção *História Sociedade & Sociedade*, em suas duas edições, 2013 e 2016, de Alfredo Boulos Júnior, voltada para o Ensino Médio, compreende-se que a temática étnico-racial vem sendo abordada nesta coleção desde sua primeira edição, uma vez que a mesma é publicada 10 anos após a Lei 10.639/2003 entrar em vigor, sendo ela, portanto, uma exigência do PNL D para aprovar as coleções didáticas que serão sugeridas às escolas para serem utilizadas por três anos. Percebeu-se, inclusive, como afirma o próprio autor, um esforço em romper com a educação eurocêntrica e racista que é predominante no Brasil desde seu nascedouro, uma vez que a temática é abordada, rompendo silenciamentos e o assunto é discutido, levando os sujeitos das escolas a refletirem sobre o assunto bem como ao passo que se apresenta personagens negros em situações positivas, contribuindo para a construção das identidades destes sujeitos. Entretanto, percebeu-se também muita reprodução do racismo institucional e estrutural, construído sob a égide da escravidão

moderna, de forma secular, que de fato não será desconstruído em tão pouco tempo. Porém é necessário aos profissionais da educação, desde os autores de livros até os professores das escolas, a construção, ainda que processual de um novo olhar sobre a população negra, a conquista de uma nova mentalidade para enxergar o racismo nos discursos de coleções didáticas e em práticas pedagógicas naturalizadas, mas que inferiorizam e desumanizam a população negra em suas histórias e culturas e fazer de sua práxis pedagógica uma luta de resistência e de construção de uma sociedade menos desigual e mais justa, por meio da educação.

Sendo assim, pode-se dizer que as duas edições em estudo muito contribuíram para a implantação da Lei 10.639/2003, dando visibilidade a histórias e personagens antes silenciados, articulando-os com a história tradicional, numa demonstração de que negras e negros sempre estiveram presentes nas diferentes fases da história do Brasil. Porém, o racismo estrutural que muito define ainda a historiografia brasileira também repercute nos livros que foram estudados nesta pesquisa, como através de imagens de sujeitos negros ou de elementos de sua cultura apresentados de forma isolada, apenas como ilustração, sem nenhuma discussão sobre eles. Conteúdos estereotipados foram por vezes reproduzidos nas duas edições, como outros elementos que mostram que ainda há um grande esforço e um longo caminho a percorrer por aqueles que têm o intuito de trazer para a escola uma educação para as relações étnico-raciais, que priorize a pluralidade dos sujeitos e o valor de cada um. Por fim, percebeu-se que de uma edição pra outra o esforço por implantar a Lei 10.639/2003 não diminuiu, apenas mudou de forma em algumas unidades e capítulos, por vezes aumentando determinadas discussões ou articulando melhor texto e imagem, numa tentativa de melhor fazer compreender as histórias e as culturas africanas e afro-brasileira, dando a estes povos a devida dignidade de ver suas trajetórias sendo contadas e valorizadas pelo livro didático de História para a educação básica.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, C. M. F. (org.). **Livros Didáticos: entre textos e imagens.** In: O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2008. (Coleção Repensando o Ensino).
- BITTENCOURT, C. M. F. **Livros e Materiais Didáticos de História.** In: Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRANCO, R. C. **O negro no livro didático de História do Brasil para o Ensino Fundamental II da rede pública estadual de ensino,** no Recife. 2005. 176f. Trabalho de Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, UFP, Recife, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.** Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 jan. 2020.

BRASIL. **Lei 10.639/03**. Brasília, 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura africana e afro-brasileira” e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. **PNLD 2015**: história: ensino médio. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

BRASIL. **PNLD 2018**: história – guia de livros didáticos – Ensino Médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017. 108 p.

FRAZÃO, É. E. V.; RALEJO, A. S. **Narrativas do “outro” no currículo de História**: uma reflexão a partir de livros didáticos. In: MONTEIRO, A. M.; et al. (org.). *Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

JANZ, R. C. **Dez anos da lei 10.639/03**: o que mudou nos livros didáticos de História? – Uma proposta de análise. In: XV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 13, 2014, Florianópolis. Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”. Florianópolis: ANPUH-SC, 2014. Disponível em: < <http://www.encontro2014.sc.anpuh.org>>. Acessado em 09 de jun. 2018.

JESUS, F. S. de. **O “negro” no livro didático de História do Ensino Médio e a Lei 10.639/03**. *História & Ensino*, Londrina, n. 18, n. 1, p. 141-171, jan./jun. 2012.

BOULOS JUNIOR, A. **História Sociedade & Cidadania**. São Paulo: FDT, 2013. (Coleção História Sociedade & Cidadania).

BOULOS JUNIOR, A. **História Sociedade & Cidadania**. São Paulo: FDT, 2016. (Coleção História Sociedade & Cidadania).

MONTEIRO, A. M.; et al. (org.). **Pesquisa em Ensino de História**: entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

MUNAKATA, K. O livro didático e o professor: entre a ortodoxia e a apropriação. In: MONTEIRO, A. M.; et al. (org.). **Ensino de História**: sujeito, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2007.

ROCHA, H.; et al. (org.). **Livros Didáticos de História: entre políticas e narrativas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SÁ, W. S. M. de. **A Presença do Negro no Livro de História do Ensino Fundamental**: uma primeira análise. 2010. 31f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, São Gonçalo, 2010.

SILVA, A. C. **A Representação Social do Negro no Livro Didático**: o que mudou? Por que mudou?. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, P. V. B. da. Racismo Discursivo e Avaliações do Programa Nacional de Livros Didáticos. **InterMeio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 12, n. 24, p. 6-29, jul.-dez./2006.

Recebido para publicação em 23 de Janeiro de 2020.

Aceito para publicação em 8 de Março de 2020.